

FÓRUMS – 39º EIA

FÓRUM 09/05/2024 – Sala 03 – 17h00- 20h00

FÓRUM POLÍTICAS PÚBLICAS: Título: Atualização em políticas públicas relacionadas à saúde auditiva.

Coordenadoras: Dra Beatriz de Castro Andrade Mendes; Dra Regina Célia Bortoleto Amantini.

Relatora: Ma Tyuana Sandim da Silveira Sassi.

Participantes: Dra. Ana Paula Lefréve Machado; Dra. Andréa Cintra Lopes; Dra Amanda Brait Zerbeto.

Quantitativo de participantes (em média): 40 pessoas

TEMAS DISCUTIDOS:

- 1) Modelo Biopsicossocial e funcionalidade nas Políticas Públicas;
- 2) Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF);
- 3) Ciclos de vida

APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS? Sim

Principais CONTEÚDOS ABORDADOS:

O objetivo do fórum foi trazer à tona questões relacionadas à reabilitação, principalmente ao processo terapêutico fonoaudiológico e multiprofissional, visto que há grande demanda para terapia, diferenças nesse processo além das dificuldades da alta terapêutica de indivíduos com doenças crônicas tal como a deficiência auditiva.

A discussão foi de suma importância pois embora a CIF esteja presente nos documentos da Rede da Pessoa com Deficiência, as ações que incorporam a funcionalidade e restrição de participação nem sempre têm sido usadas ou divulgadas.

Dra Amanda Brait Zerbeto abordou a CIF dentro das Políticas Públicas - Modelo biopsicossocial e funcionalidade nas Políticas Públicas

Dra. Andréa Cintra Lopes realizou a análise crítica das Políticas Públicas no Brasil para pessoas com deficiência, fez algumas considerações referentes às dificuldades do Sistema Único de Saúde (SUS) e destacou a atuação do Conselho Federal de Fonoaudiologia junto ao Ministério da Saúde.

Dra. Ana Paula Lefréve Machado descreveu a participação da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia nas Políticas Públicas.



DISCUSSÕES REALIZADAS NO FÓRUM

Participaram do fórum representantes da Academia Brasileira de audiologia (ABA), Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa) e Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) para a discussão de atualizações e modificações nas políticas públicas de saúde auditiva, mais especificamente, o instrutivo da pessoa com deficiência na área da deficiência auditiva.

O enfoque principal do fórum foi o uso da CIF como uma ferramenta da Organização Mundial de Saúde complementar à Classificação Internacional de Doenças (CID) visto que a descrição da funcionalidade e da incapacidade são fundamentais para identificar os problemas de saúde, as necessidades dos indivíduos, os aspectos negativos e os fatores contextuais (ambientais e pessoais).

Durante o fórum foi discutido o desafio em relação ao uso e implementação da CIF na prática fonoaudiológica, visto que há mais de 1400 categorias. Contudo, foi enfatizado que o primeiro passo é reconhecer a importância de se adquirir maiores informações à respeito do indivíduo além da avaliação audiológica, ou seja, pensar no modelo biopsicossocial compreendendo as dificuldades do indivíduo em seu ambiente e suas necessidades visando assim a definição da reabilitação auditiva mais adequada.

Considerando o Instrutivo da Pessoa com Deficiência, foi analisado como a CIF pode auxiliar na decisão de indicação do uso de dispositivo, principalmente nas classes II e III. Por exemplo, um indivíduo com deficiência auditiva unilateral profunda (anacusia) pode ou não se beneficiar com o uso do dispositivo de acordo com o contexto ambiental em que está inserido e fatores pessoais.

Os instrumentos de avaliação em audiologia nos dão várias informações à respeito do desenvolvimento do paciente porém, em conjunto com a CIF, há a possibilidade de trânsito de classificação de como está o indivíduo em diversos setores da saúde. Contudo, foi importante ressaltar que a CIF não é um instrumento de avaliação mas muitas vezes acaba sendo um indicador de qualidade para o serviço.

Foi relatado que alguns serviços do SUS tem implementado a CIF, com armazenamento em banco de dados com as categorias e qualificadores que tem sido utilizados para a definição de alta do indivíduo. Alguns profissionais citaram que o acompanhamento da evolução do indivíduo no serviço de reabilitação auditiva, e algumas vezes a ausência de modificação da classificação pode ser um indicador de que algo no processo está inadequado. Porém é importante considerar que várias intercorrências no uso do dispositivo são importantes e podem influenciar a CIF.

Foi enfatizado a necessidade de capacitação dos profissionais para a aplicação da CIF, permitindo assim o seu uso adequado na prática clínica. Além da atuação seguindo o modelo biopsicossocial, nos ajuda a enxergar o indivíduo além do modelo biomédico.

Foi citado que o grupo de trabalho (GT) da CIF já existe e tem por objetivo: permitir o acesso do fonoaudiólogo à CIF, facilitar o seu uso por meio de aplicativo, realizar ações em conjunto com as sociedades científicas, disseminar informações e orientar o fonoaudiólogo a atuar no modelo biopsicossocial.

Foi abordado que apesar de alguns documentos já constarem a CIF como preenchimento obrigatório, como por exemplo o laudo permanente no município de São Paulo, não há clareza de qual profissional é o responsável pelo preenchimento visto que a maioria dos documentos exigem a assinatura do médico. Ademais não fica claro se a avaliação do indivíduo quanto à restrição de participação deve ser realizada com ou sem o dispositivo auditivo.

Concluiu-se que o uso da CIF é muito importante na prática audiológica, contudo deve-se capacitar os fonoaudiólogos, orientar e implementar seu uso de maneira adequada.

ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS (check list)

- Tópicos discutidos no Fórum anterior (2023) foram retomados? Não
- As deliberações determinadas foram atendidas? Sim
- Se não foram atendidas, registrar dificuldades apontadas:

Principais deliberações acordadas no Fórum (2024) (registrar):

- Continuar as discussões nos grupos de trabalho e propor que os fóruns sejam agendados em dias diferentes para permitir a participação de todos.
- Além disso, unir o fórum de dispositivos eletônicos, IC, reabilitação e políticas públicas para uma discussão mais ampla das políticas públicas.